

06/11/2018 - 05:00

## Gilmar volta a defender o semipresidencialismo

Por Isadora Peron e Luísa Martins

Um semana após a eleição do novo presidente do Brasil, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a defender o semipresidencialismo como sistema de governo.

O ministro, que participou de um evento em Brasília sobre os 30 anos da Constituição, defendeu a realização de uma reforma política e fez críticas ao chamado presidencialismo de coalizão. Para ele, o atual sistema "responde por uma boa parte das crises políticas que tivemos ao longo desses anos, pelos escândalos que tivemos baseados nas negociações delituosas ou espúrias".



*Gilmar: atual sistema "responde por uma boa parte das crises políticas"*

>> **Leia mais:** Recomposição do sistema partidário é entrave para reformas de Bolsonaro

"Cá ou lá, nós tivemos escaramuças. Episódios vários de corrupção. Isto vai ser de certa forma uma marca nesses 30 anos. O episódio dos Anões do Orçamento, em seguida ao episódio de Collor, PC [Farias], mensalão, petrolão, e todos os outros 'ões' ainda vão causar graves problemas para todo o sistema", disse.

O ministro defendeu que é preciso continuar no "trabalho de modernização do sistema". "Dos quatro presidentes eleitos até 2018, desconsiderando agora [Jair] Bolsonaro, só dois terminaram os mandatos. E dois passaram por impeachment. Alguns até dizem que é um fenômeno de parlamentarização do presidencialismo", afirmou.

Segundo ele, o sistema semipresidencialista pressupõe um presidente eleito majoritariamente com poderes definidos e um governo eleito cujo chefe seria escolhido pelos membros do Congresso. "Acredito que teremos que mais cedo ou mais tarde discutir essas questões considerando os nossos antecedentes nos últimos 30 anos em que de fato conseguimos navegar em águas turbulentas, evitamos certamente as dificuldades, os desastres, mas passamos muito perto deles", disse.

No ano passado, Gilmar envolveu-se pessoalmente nas discussões sobre a mudança do regime de governo. Ele chegou a apresentar uma minuta de proposta de alteração à Constituição ao Congresso para alterar o sistema de governo.

Outros ministros do STF também participaram do evento, realizado pela editora Eórum. Em sua fala, Cármen Lúcia afirmou que o Brasil e o mundo passam por uma fase de mudança nos costumes "perigosamente conservadora" e que é preciso lutar para que não haja retrocessos nos direitos já conquistados.

Sem citar o presidente eleito, Jair Bolsonaro, a ministra também disse que é preciso ouvir e respeitar a decisão dos cidadãos. "Eu acredito muito no povo brasileiro e no cidadão brasileiro. Mesmo quando, muitas vezes, eu fico preocupada com as opções feitas, mas que são escolhas próprias de um cidadão livre, e que se não tivesse liberdade não estaríamos escolhendo."

Também presidente no evento, o ex-ministro do Supremo Carlos Ayres Britto afirmou que o novo presidente terá que "baixar a crista" e respeitar a Constituição. "Eventualmente elitista, eventualmente autoritário, tem que baixar a crista para a Constituição. Porque, se não baixar a crista, salta do [artigo] 78 para o 87. O que é o 87? O impeachment."

Depois da palestra, Ayres Britto disse torcer para que o juiz Sergio Moro faça uma "boa gestão" à frente da Ministério da Justiça. "Vamos aguardar que ele faça uma boa gestão, ele chega nutrido dos melhores propósitos, isso é verdade, embora etariamente jovem, mas funcionalmente é experiente, tem uma boa bagagem." Na semana passada, o ex-ministro havia dito que a ida dele para a pasta não era boa para a imagem do Judiciário, que deveria zelar pela separação dos três Poderes.